Espanha: um primeiro trimestre sinuoso

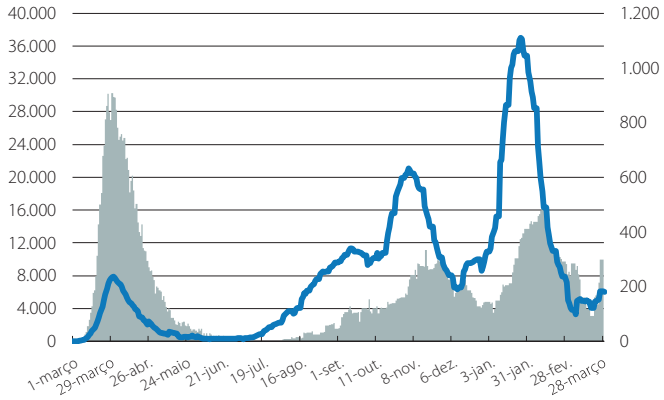
A terceira vaga da pandemia travou a recuperação económica nos primeiros meses do ano. No entanto, nos últimos trimestres a «curva de aprendizagem» de como gerir uma pandemia e conviver com ela traduziu-se numa maior resiliência da atividade económica. Além disso, apesar das restrições terem continuado a condicionar a economia no conjunto do 1T 2021, em março a incidência de contágios manteve-se contida, com os novos casos confirmados estabilizados em torno dos 5.000 (média de sete dias), muito abaixo da média dos 36.000 alcançados em janeiro. Além disso, em março desceu também a percentagem de testes positivos para 5% (depois de ter chegado quase a 20% em janeiro), tendo melhorado o ritmo de vacinação apesar dos problemas de fornecimento de doses. A pandemia continua a ser a grande determinante do cenário e, embora as nossas previsões económicas admitam a possibilidade de novos focos, para os próximos meses espera-se que a imunização dos grupos de risco no 2T reforce a melhoria das dinâmicas epidemiológicas e permita aliviar a pressão sobre o sistema de saúde, desencadeando uma reativação mais sustentada da atividade económica.

A atividade económica continua limitada pela COVID-19 nos inícios de 2021. Os dados mais recentes do INE de Espanha mostram que o PIB ficou estagnado no 4T 2020 (+0,0% em cadeia), enquanto inicialmente se tinha estimado um ligeiro aumento de +0,4%. Contudo, a nova estimativa do INE espanhol sugere que a economia tenha recuperado mais no 3T do que o previsto inicialmente (especificamente mais 0,7 p.p. para 17,1%), situando-se a queda do PIB no conjunto de 2020 em 10,8% (face a uma estimativa inicial de 11,0%). Para o 1T, a maior parte dos indicadores de atividade disponíveis mostram uma ligeira queda face ao trimestre anterior. Especificamente, o índice de sentimento empresarial PMI compósito situou-se, na média do trimestre, abaixo dos 50 pontos que delimitam a zona de contração da de expansão, apesar da atividade do setor industrial espanhol ter registado em março um novo aumento, com uma melhoria que atingiu os 56,9 pontos. Neste contexto, o Banco de Espanha reviu as suas previsões macroeconómicas para Espanha ligeiramente em baixa, prevendo que em 2021 o PIB se situe 5,6% abaixo do nível de 2019, uma visão próxima com a visão contemplada no cenário das previsões do BPI Research. Por outro lado, o défice público de 2020 foi de 11,0% do PIB. Isto representa um aumento de 8,1 p.p. do PIB face a 2019, explicado por uma queda das receitas públicas de 5,0% e por um aumento da despesa pública de 10,1%, em termos homólogos, com juros. Além disso, sob o critério do Eurostat, são incluídos no défice 0,9 p.p. correspondentes à Sareb.

Em março, o controlo da pandemia facilitou um melhor desempenho da atividade. Após, em fevereiro, ter sido registada uma queda de 11% do indicador de consumo do CaixaBank (após descidas de 5% e de 7% no 3T e o 4T, respetivamente), em março a descida abrandou ligeiramente para 6%.

Espanha: novos casos confirmados e óbitos diários

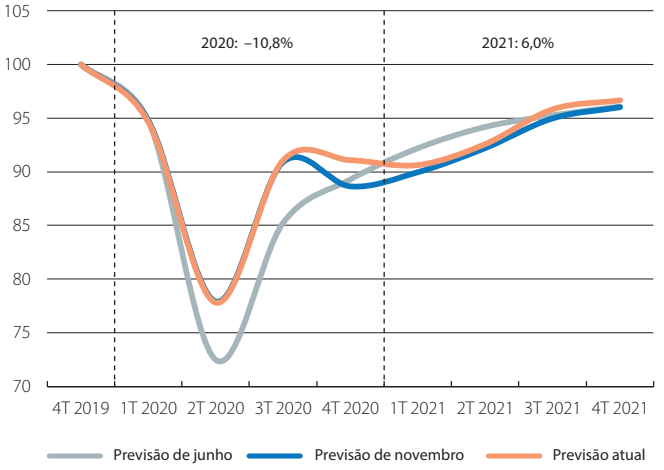
*Casos confirmados ** *Óbitos diários ***



Notas: *São mostradas médias de 7 dias de contágios e de óbitos. * Positivos em testes PCR e de antígenos por data de notificação. ** Óbitos por data de notificação.*
Fonte: *BPI Research, a partir dos dados do Ministério da Saúde espanhol.*

Espanha: evolução do PIB real

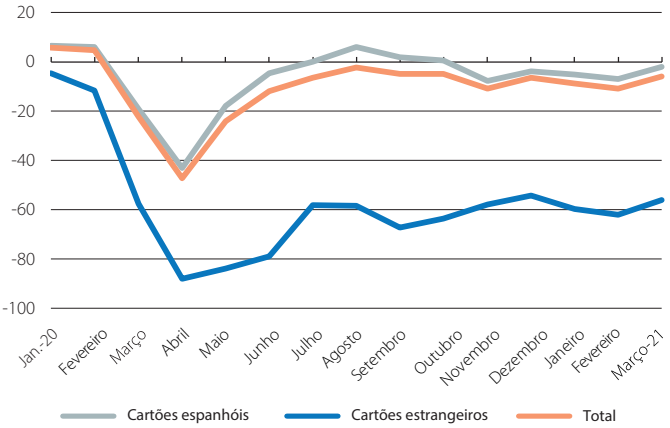
(100 = 4T 2019)



Fonte: *BPI Research.*

*Espanha: indicador de consumo do CaixaBank **

Variação homóloga (%)



Nota: ** Este indicador inclui a despesa com cartões emitidos pelo CaixaBank, a despesa de não clientes em TPAs do CaixaBank e levantamentos em caixas automáticas do CaixaBank.*
Fonte: *BPI Research, a partir de dados internos.*

Contudo, no conjunto do 1T pesa a fragilidade de janeiro e fevereiro, sendo que o indicador sugere um certo retrocesso relativamente ao 4T 2020. Por outro lado, o consumo de cimento recuperou em fevereiro, com uma queda de 1,9% homólogo (após uma queda de 12,4% em janeiro), tendo as novas inscrições moderado a sua descida (–38,4% homólogo em fevereiro face aos 51,5% em janeiro).

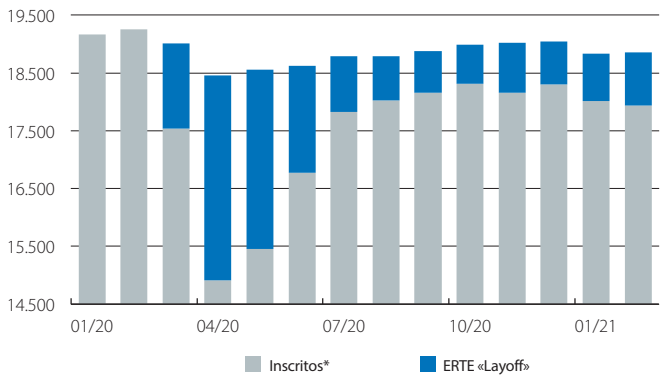
A evolução do mercado de trabalho é fundamental para a economia. Embora o mercado de trabalho tenha mostrado um comportamento positivo no 4T 2020, o número total de trabalhadores em ERTE «Layoff» indica uma menor robustez no primeiro trimestre do ano, após um aumento de 90.000 ERTE «Layoff» em fevereiro, concentrados em particular nos setores dos serviços mais afetados pelas restrições à atividade. Além disso, o número de inscritos mostra também um retrocesso, com menos 30.000 inscritos em fevereiro em comparação com o mês anterior (com dados ajustados de sazonalidade), o que representa a primeira descida em cadeia desde maio de 2020. Finalmente, o número de desempregados situou-se acima dos 4 milhões, o que corresponde a um aumento de 23,5% em termos homólogos (21,8% em janeiro). Tudo isto sugere que os programas de ajustamento temporário de emprego vão continuar a desempenhar um papel muito significativo nos próximos meses, evitando um aumento importante do desemprego, garantindo que o rendimento das famílias fique afastado de oscilações económicas e protegendo o tecido empresarial num ambiente de incertezas elevadas.

Subida da inflação espanhola em março. O IPC registou uma variação homóloga de 1,3% em março, de acordo com os dados avançados pelo INE. Este número junta-se a uns últimos meses de elevada volatilidade (–0,5% em dezembro, 0,5% em janeiro e 0% em fevereiro), explicados em grande medida pelas oscilações nos preços da eletricidade. Tudo indica para que em março a evolução do IPC tenha sido também impulsionada pelos preços da energia, dado que a inflação subjacente se manteve nos 0,3%. Para os próximos meses espera-se que vários efeitos de base relacionados com a pandemia (como os baixos preços do petróleo do ano passado) continuem a produzir volatilidades nos dados da inflação, a qual poderá subir para níveis um pouco mais elevados na segunda metade do ano.

A balança de serviços demora em recuperar, mas o saldo de bens melhora. Em janeiro, tanto as exportações como as importações caíram para taxas de dois dígitos (–11,4% e –16,4% homólogos, respetivamente), afetadas pelo aumento das restrições à atividade na Europa. O défice da balança de bens situou-se em 1% do PIB (acumulado de 12 meses), o que representa uma melhoria de 1,5 p.p. relativamente ao registo do ano passado. Parte substancial desta melhoria deve-se ao menor défice energético, resultado da queda do preço do petróleo e da procura interna no último ano o qual, portanto, deverá começar a diluir durante os próximos meses. Destaque também para o comportamento dos bens não energéticos, cujo saldo se situou num superavit de cerca de 4.000 milhões de euros pela primeira vez desde 2015.

Espanha: evolução do número de inscritos e ERTE «Layoff»

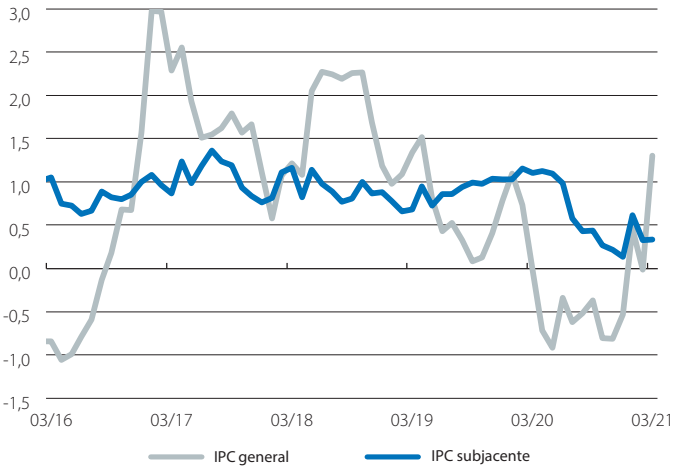
(Milhares de pessoas inscritas na Segurança Social e em situação de ERTE «Layoff»)



Nota: ** Inscritos que não estão em situação de ERTE «Layoff» (total ou parcial).*
Fonte: *BPI Research, a partir dos dados do Ministério do Trabalho e Economia Social e do Ministério de Inclusão, S.S. e Migrações de Espanha (MITRAMISS).*

Espanha: IPC

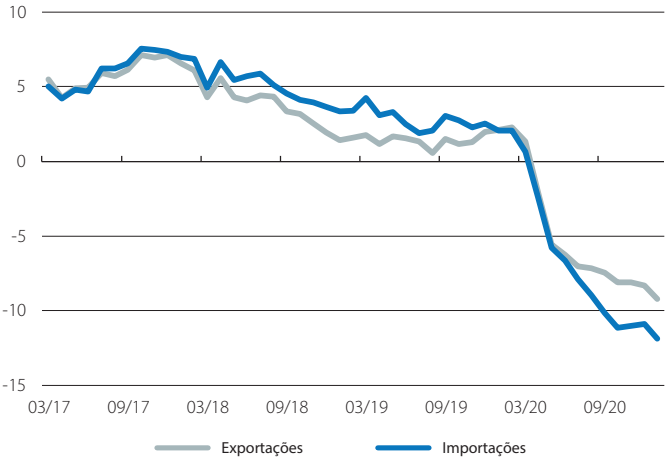
Variação homóloga (%)



Fonte: *BPI Research, a partir dos dados do INE de Espanha.*

*Espanha: comércio externo de bens **

Variação homóloga do acumulado de 12 meses (%)



Nota: ** Dados nominais, série sem dados ajustados de sazonalidade. Não inclui energia.*
Fonte: *BPI Research, a partir dos dados do Dep. de Alfândegas de Espanha.*

Balanço da situação dos setores «intermédios» em Espanha

- **Alguns setores sofreram um impacto enorme devido à pandemia enquanto outros puderam continuar a crescer. Entre estes extremos encontram-se os setores que podemos denominar de setores «intermédios».**
- **A maior parte dos setores apresenta uma deterioração da situação económico-financeira, a qual poderá ser rapidamente reativada quando as medidas de restrição à mobilidade e à atividade forem retiradas.**

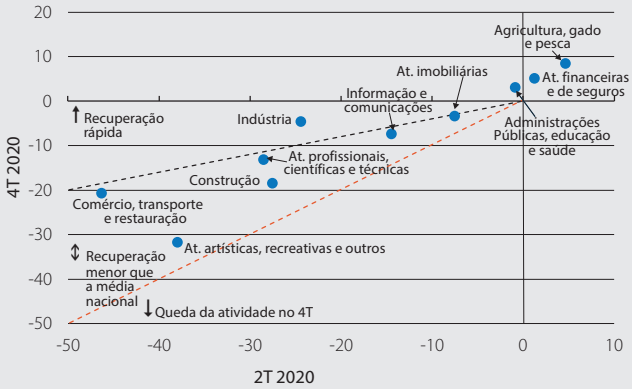
É certamente sabido que a pandemia teve um impacto muito heterogéneo entre os vários setores da economia. Assim, os setores ligados ao turismo e ao lazer sofreram a crise de uma forma desproporcionada. No outro extremo, alguns setores como o setor da agricultura, gado e pesca ou os setores da Administração Pública, educação e saúde viram aumentar a sua atividade durante a pandemia. Neste artigo, focaremos as nossas atenções nos restantes setores. Setores que, apesar de terem sofrido um impacto muito significativo, fizeram-no em menor intensidade que os setores mencionados no início. Chamar-lhes-emos de setores «intermédios».

No primeiro gráfico mostramos dados de valor acrescentado bruto (VAB) por setor de atividade (classificação CNAE-Classificação Nacional de Atividades Económicas). No eixo horizontal é mostrada a queda do VAB no 2T 2020 relativamente ao nível anterior à crise do 4T 2019 e no eixo vertical a queda no 4T 2020 relativamente ao nível anterior à crise. A linha a tracejado vermelha separa a área que indica uma recuperação do VAB entre o 2T e o 4T 2020 (acima da linha) da que indicaria uma nova queda (abaixo da linha). Por outro lado, a linha a tracejado preta marca o ritmo de recuperação que o PIB teve entre o 2T e o 4T 2020[1].

Podem ser retiradas várias ilações a partir do gráfico. Em primeiro lugar, destaque para a heterogeneidade da queda do VAB entre os setores. Como é já sabido, os setores do comércio, transportes, restauração, atividades artísticas, recreativas e outros serviços apresentaram as maiores quedas no 2T, superiores a 30%. Por outro lado, existem alguns setores que aumentaram o VAB face ao 4T 2019. Em segundo lugar, vemos como a recuperação foi generalizada a partir do 2T (todos os setores situam-se acima da linha a tracejado vermelha). Em terceiro lugar, o ritmo de recuperação entre setores foi também muito desigual. Uma grande maioria de setores encontra-se na área entre as linhas a tracejado vermelha e preta: são os setores que recuperaram face ao 2T mas que o fizeram a um ritmo inferior ao do PIB nacional. Entre os setores que mais sofreram no 2T destacam-se, por um lado, o setor industrial, que recuperou a um ritmo superior ao do PIB nacional e, por outro, os setores da construção e das atividades

Espanha: valor acrescentado bruto real por setores CNAE

(% face ao nível do 4T 2019)



Fonte: *BPI Research, a partir dos dados do INE de Espanha.*

artísticas, recreativas e outros serviços, que recuperaram a um ritmo menor (maior distância relativamente à linha a tracejado preta).

Para saber mais detalhes sobre a capacidade de recuperação de cada setor, utilizamos o Índice de Confinamento Empresarial (ICE) elaborado pelo CaixaBank. O ICE mede a alteração da atividade bancária de pequenas e médias empresas devido à COVID-19 e tem em conta uma vasta série de indicadores[2]. Um valor próximo ou inferior a zero indica que a situação económico-financeira da empresa é idêntica ou melhor que a do mesmo mês do ano anterior[3]. Um valor superior indica que a situação económico-financeira da empresa piorou. Além disso, valores superiores a 0,3 indicam uma deterioração significativa da situação económico-financeira da empresa.

No segundo gráfico, mostramos o ICE por setores de atividade entre março e maio de 2020 e comparamo-lo com os valores registados entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021[4]. Destacamos diversas áreas do gráfico. Em primeiro lugar, podemos ver que nos primeiros meses da pandemia a situação económico-financeira das empresas se deteriorou em todos os setores (o índice assume valores positivos para todos os setores). No entanto, observa-

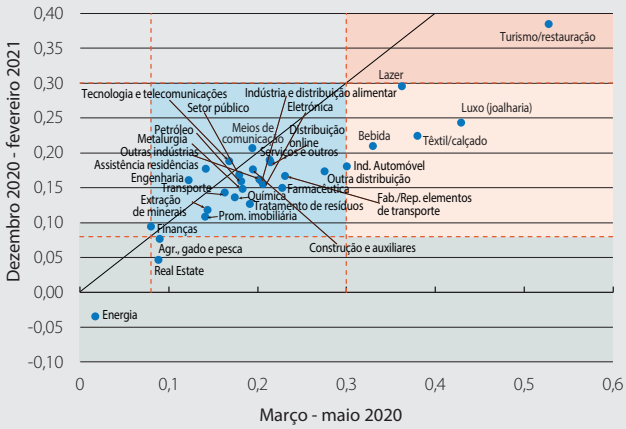
1. Especificamente, se considerarmos um setor qualquer e partirmos do nível de atividade que o mesmo perdeu até ao 2T, a linha preta indica-nos onde se encontraria o nível de atividade deste setor no 4T se tivesse recuperado ao mesmo ritmo que o PIB agregado o fez.

2. Incluem-se indicadores de receitas (por exemplo, as provenientes dos TPA), de despesas (como ordenados ou despesas em recibos) e de incumprimentos, entre outras variáveis.
3. Especificamente, um valor inferior a 0,08.
4. Ao tratar-se de dados internos, os setores de atividade não correspondem perfeitamente aos códigos CNAE.

mos também que desde então a situação melhorou em quase todos os setores (a maioria encontra-se abaixo da linha diagonal). Em segundo lugar, vemos que apenas um setor, o setor do turismo e da restauração, mantém uma situação económico-financeira muito adversa apesar da melhoria destes últimos meses (único setor no quadrante vermelho-escuro). Além disso, um conjunto reduzido de setores (área em vermelho-claro), que inclui, entre outros, os setores do lazer e o do têxtil/calçado, passaram de uma deterioração severa da situação financeira para uma deterioração moderada. Finalmente, vemos que a grande maioria dos setores (área em azul-claro), se tem mantido numa situação económico-financeira de deterioração moderada. Deste modo, a maior parte dos setores apresenta uma deterioração da situação económico-financeira, como não pode ser de outra maneira, devido à crise que estamos a atravessar, mas poderá reativar-se rapidamente quando as medidas de restrição à mobilidade e à atividade forem levantadas.

Após este desempenho em 2020 e tendo em conta que após o impacto da terceira vaga de contágios que aconteceu no 1T, a recuperação provavelmente não será retomada até ao 2T 2021, como poderá contribuir para o PIB a recuperação da atividade destes setores «intermédios» no 2T?[5] A resposta está sujeita a um elevado grau de incerteza, devido às dúvidas que rodeiam a velocidade com a qual serão levantadas as medidas de restrição à mobilidade/atividade e o modo como a retirada destas medidas afetará cada setor. No entanto, é claro que os setores intermédios, que compõem 47,6% da economia,[6] e apresentam um bom potencial de recuperação, darão uma importante contribuição para a recuperação da atividade agregada, assim que as restrições que as restrições começarem a ser retiradas. Como exemplo, se num trimestre a recuperação fosse tal que o conjunto destes setores intermédios recuperasse até 75% do VAB que se perdeu entre o 4T 2019 e o 2T 2020 (no 4T 2020 estes setores já tinham recuperado 62%, pelo que não parece que seja um pressuposto excessivamente otimista), a contribuição para o crescimento em cadeia do PIB destes setores seria cerca de 1,4 p.p.

Espanha: Índice de Confinamento Empresarial por setores



Fonte: *BPI Research.*

5. Os setores «intermédios» são compostos pelos setores da indústria (código CNAE B-E), pela construção (código CNAE F); pelas atividades profissionais, científicas e técnicas (CNAE M-N); pela informação e comunicações (CNAE J), e pelas atividades imobiliárias (CNAE L). Excluímos os setores de comércio, transportes e restauração (CNAE G-I) e das atividades artísticas, recreativas e outros serviços (CNAE R-T), por serem os setores mais afetados pela pandemia e os que previsivelmente irão recuperar mais lentamente. Excluímos também os setores que viram o seu VAB aumentar durante a pandemia (setores com os códigos CNAE A, K e O-Q).
6. De acordo com os dados do 4T 2020.

Um pacote de ajudas a empresas e a trabalhadores independentes muito necessário em Espanha

Descrição das principais medidas

O pacote de ajudas aprovado pelo Governo a 12 de março possui três fundos. O de maior quantia é o fundo de ajudas diretas para empresas e trabalhadores independentes, com uma dotação de 7.000 milhões de euros, sendo o seu objetivo ajudar as empresas com problemas de liquidez que ameaçam tornar-se em problemas de solvência. Para aceder às ajudas, as empresas deverão comprovar quedas de receitas superiores a 30% em 2020, uma condição idêntica às que foram levadas a cabo na Alemanha ou em França em pacotes de ajudas semelhantes, e não ter tido perdas em 2019, duas condições facilmente verificáveis. Além disso, deverão estar em dia com o pagamento das obrigações fiscais e com a Segurança Social, manterem a atividade correspondente às ajudas até 30 de junho de 2022 e não poderão distribuir dividendos em 2021 e 2022. Convém destacar que as ajudas serão utilizadas para pagamentos a fornecedores, fornecimentos, salários, arrendamentos ou dívida financeira. Em primeiro lugar, serão destinadas a pagar a fornecedores (por ordem de antiguidade) e, de seguida e se for aplicável, para reembolsar primeiro a dívida avalizada e posteriormente a dívida sem aval.

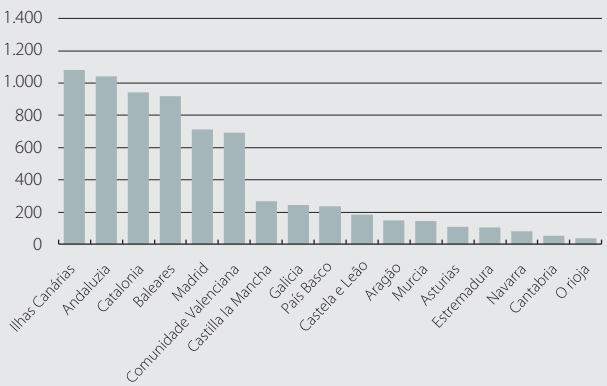
Estas ajudas serão administradas pelas Comunidades Autónomas e do total, 2.000 milhões de euros serão destinados às Canárias e às Baleares, e 5.000 milhões de euros para o resto do país. Especificamente, estes 5.000 milhões serão distribuídos entre as várias Comunidades Autónomas seguindo os critérios aplicados para atribuição dos fundos provenientes do programa REACT-EU[1] (ver o gráfico adjunto com a atribuição das ajudas diretas por comunidades) e serão transferidos para as Comunidades Autónomas antes do final de abril. Finalmente, a ajuda que os trabalhadores independentes poderão receber no regime de estimativa objetiva fixou-se em 3.000 euros. As microempresas e os restantes trabalhadores independentes poderão receber até 40% das perdas de faturação que ultrapassem a queda de 30%[2]. As restantes empresas poderão receber ajudas num valor até 20% da perda adicional à queda dos 30% (com um mínimo de 4.000 euros e máximo de 200.000 euros)[3].

O segundo fundo, dotado com 3.000 milhões de euros, será destinado às reestruturações dos empréstimos ICO e poderá ser aplicado aos empréstimos avalizados concedidos entre 17 de março de 2020 e 13 de março de 2021. Serão considerados três níveis de medidas com a seguinte prioridade: i) extensão do prazo de vencimento dos empréstimos além do estipulado pelo decreto de novembro[4] (neste caso estender-se-á também o aval); ii) quando isto não for suficiente, conversão em empréstimo participativo[5], mantendo a cobertura de aval, e iii) como último recurso, o Ministério da Economia efetuará transferências – que as instituições financeiras receberão – para reduzir o capital de empréstimos ICO dentro dos acordos de renegociação de dívidas que os devedores e as instituições financeiras atinjam. As instituições financeiras assumirão também uma redução do capital pendente.

O Conselho de Ministros fixará proximamente as condições aplicáveis e os requisitos a cumprir para beneficiar destas medidas. Será aprovado também um Código de Boas Práticas para facilitar e coordenar a utilização destes fundos para a reestruturação de empréstimos avalizados.

Ajudas diretas por Comunidades Autónomas: distribuição

(Milhões de euros)



Nota: *Distribuição de acordo com os critérios da nota 1 de rodapé do Focus.*
Fonte: *BPI Research, a partir dos dados do Ministério da Fazenda.*

1. Fundos de recuperação europeus para as Comunidades Autónomas. O critério de dotação entre Comunidades Autónomas na Península espanhola tem em conta a queda do PIB em 2020 face a 2019 dividida pelo peso do seu rendimento per capita (2/3 dos 5.000 milhões), o desemprego (duas nonas partes) e o desemprego juvenil (uma nona parte). Para as Baleares e Canárias é calculado a partir da queda entre 2020 e 2019 da média anual de inscritos no regime de ERTE «Lay-off».
2. Suponhamos que uma empresa faturou 100.000 euros em 2019 e apenas 25.000 em 2020. Como a sua faturação se situou em 2020 abaixo de 70.000 euros, esta caiu mais de 30%, pelo que a qualifica. Esta empresa poderá receber até 40% da perda de faturação abaixo dos 70.000, ou seja, 18.000 euros (se esta quantia for superior a 200.000, o máximo serão 200.000 euros).
3. As Baleares e Canárias podem aumentar a percentagem de cobertura de perdas ou o máximo.
4. Em novembro, o IPC flexibilizou as condições das linhas ICO com um alargamento do período de devolução de três anos (até ao máximo de oito anos) e da carência em 12 meses (até ao máximo de 24 meses).
5. Estes instrumentos integram uma componente retributiva variável, associada à evolução da empresa através de diversas métricas que têm a vantagem dupla de serem calculadas como recursos próprios e os pagamentos associados serem considerados juros para efeitos fiscais.

Finalmente, será criado um fundo de recapitalização de médias empresas (1.000 milhões de euros) para reforçar a solvência destas empresas, após ser avaliada a sua viabilidade através de vários instrumentos de endividamento, capital e quase capital. Caso sejam utilizados instrumentos de capital, o Estado exercerá os seus direitos políticos (com a participação nos lucros futuros) com um prazo máximo de permanência de oito anos. Este fundo será administrado pela Cofides, um organismo ligado ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo.

Avaliação geral positiva: é agora necessária uma implementação ágil e efetiva

A avaliação geral do pacote de apoio às empresas e trabalhadores independentes é positiva. O conjunto de medidas reforça as ajudas para os trabalhadores independentes e empresas mais prejudicados pela pandemia. Somam-se assim às medidas já tomadas em 2020 (ERTE «Lay-off», linha de garantias e avales ICO e diferimento de impostos), contribuindo para aliviar os problemas de liquidez e de solvência das empresas mais afetadas pela pandemia. É também positivo constatar que o destino das ajudas diretas está bem delimitado e centrado em cobrir despesas fixas ou em reduzir a dívida, dado que isso facilita que as ajudas sejam dirigidas às empresas que mais necessitam.

Além disso, as ajudas diretas concentram-se em 95 dos 538 setores de atividade CNAE. A razão é que se pretendeu centrar as ajudas em setores que recorreram com maior intensidade aos ERTE «Lay-off» como medida para identificar os setores mais afetados pela crise e, portanto, para dar prioridade aos setores com mais postos de trabalho em jogo, embora outros negócios viáveis possam estar a ser excluídos das ajudas, mas que também estão a sofrer fortemente, como pode ser o caso de negócios fora dos 95 selecionados, situados em zonas turísticas. Por outro lado, ao serem definidos tetos relativamente baixos (200.000 euros na Península espanhola), as ajudas irão ser mais efetivas para trabalhadores independentes e para empresas muito pequenas e menos para as empresas médias.

Uma das grandes dúvidas é o facto de ser muito complicado distinguir no contexto atual entre empresas viáveis (para as quais têm que ser direcionadas as ajudas) e empresas não viáveis, mas num contexto de pandemia como o atual parece preferível pecar por excesso que por defeito. Além disso, é positivo o facto de que os requisitos que o pacote de medidas fixa para aceder aos fundos serem facilmente verificáveis e estarem orientados para beneficiar em maior medida as empresas realmente viáveis: ter tido lucro em 2019, manter a atividade até junho de 2022, estar em dia com as obrigações fiscais e com a Segurança Social, não ter solicitado a declaração de liquidação voluntária, não terem sido declarados insolventes em qualquer procedimento e não se encontrarem em falência. As restrições ao pagamento de dividendos e aos aumentos à retribuição de diretores também são formas de limitar as ajudas às empresas que mais precisam.

Sobre o fundo de reestruturação dos empréstimos avalizados, é positivo que o decreto faculte capacidades ao ICO para assumir reestruturações e que as propostas devam partir das instituições financeiras. Por sua vez, o fundo de recapitalização de empresas médias pode ser útil para determinados casos (empresas que precisam de recursos adicionais aos dos outros dois fundos e que possam provar que são viáveis a médio prazo).

Por último, a extensão da moratória de falências representará até finais do ano um importante balão de oxigénio para as empresas e trabalhadores independentes com o objetivo de poderem aproveitar a recuperação económica prevista na segunda metade do ano para normalizar a sua conta de resultados. Isto será acompanhado da necessária modernização e homologação europeia da lei de falências espanhola para resolver os seus dois problemas crónicos: baixo número de falências e que a grande maioria (90%) acaba em liquidação.

Definitivamente, este pacote será uma ferramenta útil para ajudar as empresas mais afetadas pela pandemia. No entanto, será essencial que as ajudas cheguem com celeridade às empresas e trabalhadores independentes, pois é precisamente agora, antes da economia arrancar, que é necessário insuflar oxigénio no tecido produtivo espanhol. Também será desejável uma monitorização constante do volume de fundos para os recalibrar nos próximos meses, se for necessário, em função da evolução da pandemia e, consequentemente, da economia.

Automatização: uma corrida à qual Espanha não dedica esforços suficientes

A automatização, juntamente com a digitalização, será um dos grandes impulsos da estrutura produtiva dos países avançados nos próximos anos. Além disso, a experiência recente demonstrou que a automatização e a digitalização dão resiliência à atividade económica perante contextos disruptivos como o atual[1].

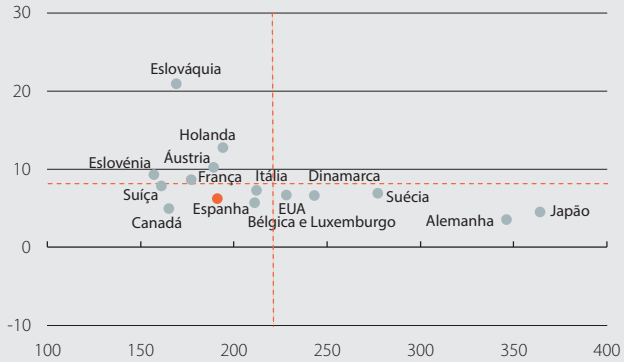
A nova automatização – com robôs cada vez mais úteis, mais inteligentes, mais económicos e ligados digitalmente – é essencial para o sucesso da Indústria 4.0[2]. Neste âmbito, a International Federation of Robotics (IFR) fornece dados de robôs instalados por cada 10.000 trabalhadores no setor industrial em vários países e dá-nos uma ideia da situação e tendência de Espanha.

No seu relatório mais recente, a IFR mostra que Espanha tem uma densidade de 191 robôs, superior à média mundial (de 113) e também à média europeia (de 114). No entanto, este número situa-se ainda claramente abaixo de importantes países avançados, como a Alemanha (346) ou os EUA (228) e muito longe dos pioneiros em matéria de robotização (Singapura, 918; Coreia, 855; e Japão, 364)[3]. De facto, se considerarmos uma seleção de países avançados mais adequada em relação à qual é efetuada a comparação, observamos como a Espanha não só se situa ligeiramente abaixo da média como também, além disso, está longe de fechar a lacuna que mantém com estes países pois a sua taxa de avanço também se situa ligeiramente abaixo da média (ver o gráfico).

Em indústrias importantes em termos de tamanho para a economia espanhola, como a agroalimentar, observamos que houve um crescimento significativo na utilização de robôs na última década. Especificamente, o setor agroalimentar passou de dispor de perto de 40 robôs por cada 10.000 trabalhadores em 2007, para perto de 100. Não obstante, trata-se de um aumento que não se pode comparar ao esforço que fizeram países como a Itália, que passou de estar nos últimos lugares da lista europeia, com uma densidade de 20 robôs em 2007, para se situar na liderança da automatização do setor agroalimentar, juntamente com a Holanda, com uma densidade de 180 robôs em 2017.

Densidade em robôs no setor industrial *

Crescimento anual compósito 2015-2019 (%)



Nota: ** Seleção de países, principalmente avançados. Excluímos a Coreia do Sul, Singapura e a China pelo seu nível e/ou taxa de avanço muito superior à média dos padrões mais avançados. A Coreia e Singapura têm uma densidade cerca dos 900 e a taxa de crescimento da China aproxima-se dos 300%. As linhas horizontais e verticais correspondem à média da seleção de países.*
Fonte: *BPI Research, a partir dos dados da International Federation of Robotics.*

Destaque também para a indústria automóvel, dado ser a indústria mas robotizada de todas. Neste setor, a utilização de robôs em Espanha tem-se mantido praticamente constante na última década, cerca de 750 robôs por cada 10.000 trabalhadores. Em contrapartida, as indústrias automóveis alemã e norte-americana intensificaram a sua robotização embora em 2007 apresentassem uma densidade parecida à espanhola, em 2017 já dispunham de cerca de 1.250 robôs por cada 10.000 trabalhadores[4].

Definitivamente, a economia espanhola mostra níveis de automatização semelhantes aos dos seus principais competidores internacionais. No entanto, nos últimos anos, a velocidade de crescimento nesta área torna-se insuficiente para atingir uma convergência para as principais economias. Às portas da nova revolução industrial, a Espanha deverá esforçar-se mais no seu processo de automatização caso se pretenda situar numa boa posição dentro da Indústria 4.0.

1. Este artigo põe o foco na automatização. Para uma análise mais focalizada em torno do processo de digitalização da economia espanhola ver o Dossier «Digitalização e fundos europeus: um binómio vencedor» na IM03/2021.
2. A indústria 4.0, um conceito ainda em desenvolvimento, corresponde a uma nova maneira de organizar os meios de produção, centrada em torno das fábricas inteligentes e da hiperconetividade.
3. Não é de admirar que as estimativas situem a Coreia, o Japão e a cidade-estado de Singapura como os países com uma população mais envelhecida dentro de algumas décadas.
4. Ver Anderton, R. *et al.* (2020). «Virtually everywhere? Digitalisation and the euro area and EU economies». ECB Occasional Paper Series, dezembro.

Indicadores de atividade e emprego

Percentagem de variação em relação ao mesmo período do ano anterior, exceto quando é especificado o contrário

	2019	2020	1T 2020	2T 2020	3T 2020	4T 2020	12/20	01/21	02/21
Indústria									
Índice de produção industrial	0,7	–9,5	–6,8	–23,2	–5,3	–2,5	–1,5	–2,2	...
Indicador de confiança na indústria *(valor)*	–3,9	–14,0	–5,4	–27,8	–11,9	–11,0	–10,6	–6,6	–9,6
PMI das indústrias *(valor)*	49,1	47,5	48,2	39,4	51,4	51,1	51,0	49,3	52,9
Construção									
Licenças de novas construções *(acum. 12 meses)*	17,2	–12,8	0,1	–12,5	–19,1	–19,9	–19,5	–19,8	...
Compra e venda de habitações *(acum. 12 meses)*	3,6	–13,1	–3,7	–12,3	–18,2	–18,1	–17,7	–19,0	...
Preço da habitação	5,1	2,1	3,2	2,1	1,7	1,5	–	–	–
Serviços									
Turistas estrangeiros *(acum. 12 meses)*	1,4	–36,8	–1,0	–22,8	–50,7	–72,5	–77,1	...	...
PMI dos serviços *(valor)*	53,9	40,3	42,5	28,4	47,3	43,0	48,0	41,7	43,1
Consumo									
Vendas a retalho	2,3	–7,1	–3,7	–18,4	–3,5	–2,7	–1,5	–9,4	–5,9
Matrículas de automóveis	–3,6	–29,2	–27,6	–68,6	–7,5	–13,2	0,0	–51,5	–38,4
Indicador de confiança dos consumidores *(valor)*	–6,3	–22,8	–10,3	–27,9	–26,9	–26,3	–23,1	–23,7	–25,2
Mercado de trabalho									
População empregada [1]	2,3	–2,9	1,1	–6,0	–3,5	–3,1	–	–	–
Taxa de desemprego (% da pop. ativa)	14,1	15,5	14,4	15,3	16,3	16,1	–	–	–
Inscritos na Segurança Social [2]	2,6	–2,0	1,2	–4,4	–3,0	–2,0	–1,9	–1,7	–2,1
PIB	**2,0**	**–10,8**	**–4,3**	**–21,6**	**–8,6**	**–8,9**	**–**	**–**	**–**

Preços

Percentagem de variação em relação ao mesmo período do ano anterior, exceto quando é especificado o contrário

	2019	2020	1T 2020	2T 2020	3T 2020	4T 2020	12/20	01/21	02/21
Inflação global	0,7	–0,3	0,6	–0,7	–0,5	–0,7	–0,5	0,5	0,0
Inflação subjacente	0,9	0,7	1,1	1,1	0,5	0,2	0,1	0,6	0,3

Setor externo

Saldo acumulado durante os últimos 12 meses em milhares de milhões de euros, salvo indicação expressa

	2019	2020	1T 2020	2T 2020	3T 2020	4T 2020	12/20	01/21	02/21
Comércio de bens									
Exportações *(variação homóloga, acum. 12 meses)*	1,8	–10,0	1,0	–7,2	–8,9	–10,0	–10,0	–11,1	...
Importações *(variação homóloga, acum. 12 meses)*	1,0	–14,7	–1,0	–9,3	–13,3	–14,7	–14,7	–16,0	...
Saldo corrente	**26,6**	**7,4**	**27,5**	**18,1**	**11,5**	**7,4**	**7,4**	**7,7**	**...**
Bens e serviços	37,5	16,7	37,9	27,7	20,3	16,7	16,7	16,2	...
Rendimentos primários e secundários	–10,9	–9,3	–10,4	–9,6	–8,8	–9,3	–9,3	–8,5	...
Capacidade (+) / Necessidade (–) de financiamento	**30,8**	**12,4**	**32,0**	**22,6**	**16,3**	**12,4**	**12,4**	**12,4**	**...**

Crédito e depósitos dos setores não financeiros [3]

Percentagem de variação em relação ao mesmo período do ano anterior, exceto quando é especificado o contrário

	2019	2020	1T 2020	2T 2020	3T 2020	4T 2020	12/20	01/21	02/21
Depósitos									
Depósitos das famílias e empresas	5,4	7,5	4,4	8,0	9,0	8,7	9,0	9,9	8,7
À vista e poupança	10,7	12,3	8,9	13,0	13,8	13,7	13,9	15,4	14,0
A prazo e com pré-aviso	–13,4	–16,5	–16,4	–16,1	–16,5	–17,1	–18,1	–18,7	–19,7
Depósitos das Adm. Públicas	8,8	1,0	–6,2	–6,6	5,2	11,8	16,3	11,2	7,8
TOTAL	**5,6**	**7,1**	**3,8**	**7,1**	**8,7**	**8,9**	**9,4**	**9,9**	**8,6**
Saldo vivo de crédito									
Setor privado	–1,5	1,2	–1,0	1,5	2,0	2,4	2,5	2,3	2,6
Empresas não financeiras	–3,4	4,9	–1,7	6,1	7,1	7,9	8,2	8,0	9,1
Famílias - habitações	–1,3	–1,8	–1,7	–2,1	–1,8	–1,5	–1,3	–1,1	–1,1
Famílias - outros fins	3,2	0,8	2,5	0,7	0,3	–0,1	–0,8	–1,8	–2,3
Administrações Públicas	–6,0	3,0	1,7	0,1	1,1	8,8	15,5	5,5	10,0
TOTAL	**–1,7**	**1,3**	**–0,9**	**1,5**	**1,9**	**2,7**	**3,2**	**2,5**	**3,0**
Taxa de incumprimento (%) [4]	**4,8**	**4,5**	**4,8**	**4,7**	**4,6**	**4,5**	**4,5**	**4,5**	**...**

Notas: *1. Estimativa EPA. 2. Dados médios mensais. 3. Dados agregados do setor bancário espanhol e residentes em Espanha. 4. Dado fim do período.*

Fonte: *BPI Research, a partir dos dados do Ministério da Economia, Ministério de Fomento, Ministério de Emprego e da Segurança Social, Instituto Nacional de Estatística, Serviço Público de Emprego Estatal espanhol, Markit, Comissão Europeia, Departamento de Alfândegas e Impostos Especiais espanhol e Banco de Espanha.*